

A relação pesquisadores-agricultores. Diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural

*Jean Hébette**

RESUMO

Esta contribuição pretende analisar, de um ponto de vista teórico, os elementos de natureza sociológica que fundamentam e condicionam as relações entre pesquisadores e agricultores dispostos a colaborar numa perspectiva de desenvolvimento rural. Não se trata de relações individuais de cunho puramente interpessoal, pois a reflexão se situa ao nível estrutural das relações entre grupos sociais inseridos numa determinada sociedade, no caso equipes de pesquisa e organizações de agricultores. Essas categorias sociais são analisadas no contexto de seus respectivos interesses sócio-profissionais que subtendem sua organização enquanto trabalhadores rurais e pesquisadores, isto é em termos de "classes" ou segmentos de classe hierarquizados dentro da estrutura social. Essa análise parte de duas experiências de colaboração em projetos de desenvolvimento rural em curso numa área de fronteira agrícola que se estende ao longo da rodovia Transamazônica no Estado do Pará (Brasil). O estudo faz referência a conceitos frequentemente usados para caracterizar essas interrelações, ou seja: diálogo, parceria, aliança, procurando identificar o conteúdo e os condicionantes desses diversos tipos de interação. Ele sugere a importância para os grupos em jogo, de se perceber que o sucesso de uma colaboração não depende apenas de um bom relacionamento pessoal mas supõe uma percepção correta da posição das partes na estrutura social, assim como do contexto sócio-histórico dos principais sujeitos do desenvolvimento rural: os próprios agricultores. Conclui enfatizando a necessidade de flexibilidade dos modelos de intervenção que permita sua adaptação a cada contexto sócio-cultural.

ABSTRACT

This contribution analysis a theoretical viewpoint, those elements of a sociological nature which underline and condition relationships between researchers and agriculturalists working together in rural development projects. This analysis does deal with individual interactive relationships per se, but rather focuses on the structural level of relations between social groups in a society, exemplified by research teams and agricultural organizations. These social categories are analyzed in the context of their respective socio-professional interests, taking for granted their organization as rural workers and researchers in distinct classes, and segmented into a socially structured hierarchy. The point of analysis begins with a narrative of two collaborative experiences in rural development projects underway in an agricultural frontier extending along the Transamazon Highway in the state of Pará (Brazil). The study makes reference to concepts frequently used to characterize these interrelationships such as "dialogue", "partnership", and "alliance" in an attempt to identify the content

* Professor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Coordenador do CAT

and the conditioners of these diverse types of interactions. It is suggested that successful collaboration depends not only on good personal relationships, but also in correctly perceiving the position of each part in the social structure, as well as the sociohistorical role of the primary targets of rural development: the agricultural workers themselves. In conclusion, emphasis is placed on the need for flexibility on the part of the models of intervention thereby permitting adaptation to each sociocultural context.

1. PROLEGÓMENOS METODOLÓGICOS

Quem fala em relação social, fala “num” e “noutro”, no ego e no alter. Fala portanto em “alteridade” e em diferença; mas fala também e sobretudo em comunicação, em ponte entre seres diferentes, em alguma superação da “alteridade”. Isso é verdade em se tratando de relações pessoais entre indivíduos, que sempre supõem, para serem harmoniosas, o reconhecimento e a aceitação do outro como diferente, quaisquer que sejam os elementos de afinidade, os “átomos ganchudos”, como se diz, entre “um” e “outro”. Isso é também verdade em se falando de relações entre grupos, categorias sociais, sexos, etnias ou nações. Não é por nada mais que as sociedades sempre elaboraram estratégias complexas de aproximação, reconhecimento, aceitação entre identidades sexual, étnica e nacionalmente diferenciadas.

Proponho refletir as relações pesquisadores-agricultores a partir desse conceito de “alteridade” e da proposta de superação fecunda dessa “alteridade”. Os termos mesmos que definem o tema das relações entre pesquisadores e agricultores deixam claro que não se discutem aqui relações puramente pessoais, ou bom relacionamento entre indivíduos, tema de estudo das “relações públicas”. Especificam, ao contrário, que estão em jogo relações entre duas categorias sociais: pesquisadores por um lado e agricultores por outro, o que nos leva a abordar o tema além dos elementos do relacionamento pessoal. Trata-se do problema da superação, inevitavelmente parcial, de diferenças de posições na ordem social.

Nesses termos, a relevância do tema é tanto maior quanto mais a reflexão sobre relação gira em torno de grupos constituídos, como equipes, laboratórios, ou instituições de pesquisa por um lado e organizações, associações, sindicatos de agricultores por outro. De certa maneira, essa reflexão poder-se-ia estender a outras categorias que se relacionam com os agricultores como técnicos, assessores, mediadores, entidades de apoio ou de defesa. Constitui-se pois um fenômeno novo na democracia moderna

a disseminação dessas entidades em busca de diálogo, parceria, aliança com outras agremiações, notadamente as integrantes de movimentos sociais. A novidade entretanto é muito particular no caso dos pesquisadores; ela é possivelmente mais recente e mais profunda, já que implicou na reformulação da metodologia da própria pesquisa sob a denominação, por exemplo, de pesquisa participativa, de pesquisa-desenvolvimento, de pesquisa-ação.

O ponto de partida dos presentes comentários se situa exatamente na minha participação em duas experiências de pesquisa-desenvolvimento e nas inúmeras discussões e análises feitas em torno delas e de outras similares. Refiro-me notadamente às experiências do Centro Agro-Ambiental do Tocantins-CAT, em Marabá, e do Programa Agro-Ecológico da Transamazônica-PAET, em Altamira, ambos no Estado do Pará (Brasil).

Trata-se de experiências “situadas”; situadas em termos de um lugar no espaço e de um momento no tempo; situadas em termos também de atores; um certo estilo de pesquisa e de pesquisadores, um certo estilo de organização camponesa e de camponeses. Além de que, a análise aqui apresentada parte de um componente de uma das categorias em jogo, no caso de um pesquisador e que, portanto ela comporta inevitavelmente algumas marcas desse envolvimento, elementos de subjetividade e até de unilateralidade resultante do próprio comprometimento.

Acresce que essa análise prioriza apenas alguns aspectos da relação pesquisadores-camponeses, aspectos estruturais da relação entre classes sociais que obviamente são insuficientes para a “compreensão”, no sentido weberiano do termo, dessas relações. São priorizados aqui porque são geralmente preteridos em proveito de aspectos tipicamente culturais, inegavelmente muito importantes, ou de dimensões operacionais e práticas, quando não são substituídos por receitas pragmáticas de “relações públicas”. O estudo se situa portanto no nível objetivo das estruturas sociais onde evoluem pesquisadores e agricultores, levando em conta características consolidadas dessas estruturas como, evidentemente, suas especificidades histórico-sociais e seu contexto sócio-espacial.

Nesse sentido, partirei de algumas características gerais das sociedades camponesas clássicas, úteis ainda para entender a situação de classe de um campesinato inserido numa certa sociedade moderna, para chegar às especificidades de um campesinato da fronteira, espaço-tempo da relação pesquisadores-agricultores por mim vivenciada e

longamente refletida. Comentarei em seguida alguns desafios que se oferecem às partes em presença na relação pesquisadores-trabalhadores rurais.

2. CAMPESINATO E ACADEMIA: CONSIDERAÇÕES GENÉRICAS SOBRE UMA ALTERIDADE

2.1. Camponeses e pesquisadores: uma alteridade de classe

À primeira vista e empiricamente falando, a relação pesquisadores-agricultores pode aparecer apenas como relação essencialmente profissional, como seria a relação entre geólogos e geógrafos ou entre agrônomos e sociólogos - categorias essas entre as quais o diálogo interdisciplinar nem sempre é fácil. Mas, no presente caso, a relação não envolve apenas profissões ou disciplinas diferentes; envolve também componentes de classes diferentes. Por não se tratar de classes antagônicas ou, segundo a expressão mais suave de ALAVI (1976) "incompatíveis", essa diferença de classe não se impõe como evidência; as vezes ela está sendo até negada ou simplesmente considerada pura criação ideológica. Entretanto, ela se constitui elemento recorrente das análises antropológicas e sociológicas do campesinato.

O campesinato, na verdade, é uma classe particular, bem distinta das classes que a análise do mundo industrial nos tem acostumado a identificar, como o proletariado e o capital. HOBBSBAWM (1976), historiador com vasto conhecimento das relações de classes em diversas sociedades e do campesinato em particular, caracteriza o campesinato como uma classe, isto é "um grupo de pessoas que têm o mesmo tipo de relação com os meios de produção, assim como outras características comuns, econômicas e sociais". Ainda que não passe geralmente de uma "classe em si", segundo a terminologia marxista do autor, o que SHANIN (1971) outro grande conhecedor do campesinato, traduz "uma classe de baixa classicidade", isto é uma classe cuja solidariedade interna e o antagonismo em relação às outras classes não são tão agudos quanto o são as relações entre trabalho e capital. Um analista nacional, referência obrigatória dos estudos sociais sobre a fronteira amazônica, VELHO (1974) identifica justamente o campesinato das frentes amazônicas como "campesinato em formação", e, deslocando do campo econômico para o campo do poder o cerne dessa classicidade, propõe aplicar-lhe a

categoria de "classe política".

Os pesquisadores não têm merecido o mesmo esforço teórico de identificação em termos de sua classe. Pertencem ao que se chama, mais ou menos apropriadamente, a "classe média" ou a "pequena burguesia", dependendo do enfoque analítico; uma categoria que poderia ser também classificada como "de baixa classicidade", cujos integrantes têm interesses comuns (muito claramente identificados e explorados pelo mercado e pelos governantes) mas não mantêm uma forte solidariedade entre si, como tampouco desenvolvem antagonismo ou agressividade em relação às outras categorias.

Dentro dessa classe moderna, tão ampla e diversificada que a ela também poder-se-ia aplicar o juízo feito por MARX (1978) sobre o campesinato no seu Dezoito Brumário de Luis Bonaparte, os pesquisadores ocupam uma posição destacada que é relevante para o entendimento das relações que mantêm com outras classes, e principalmente com classes subalternas. São intelectuais, acadêmicos, profissionais da pesquisa, detentores ou exploradores de um saber privilegiado, visto muitas vezes pelos outros como a chave da solução dos problemas que lhes atingem. Submeteram-se a longos períodos de formação doutoral em Escolas de renome sob a orientação de "mestres a pensar". A associação saber-poder, muito enfatizada na literatura sociológica e política, acompanha inevitavelmente, queira-se ou não, a imagem desse pesquisador.

Qualquer reflexão profunda sobre relações pesquisadores-camponeses deve, ao meu ver, levar em conta essa diferença fundamental entre essas duas categorias sociais. Técnicas operacionais perfeitamente aplicadas ou receitas de boas maneiras são pouco eficazes se não tiverem como suporte uma consciência relativamente clara dessa diferença de classe e a compreensão do que ela implica. Em função de sua respectiva "baixa classicidade" que não o opõe radicalmente e, ao contrário, facilita sua aproximação, é fácil o pesquisador, por exemplo, iludir-se e pensar, notadamente, que a questão da relação se reduz a uma questão de relacionamento, de simpatia ou de outra disposição subjetiva, como frequentemente pode ser observado por um olhar atento e treinado. A diferença se traduz nos próprios vocábulos quando, por exemplo, o pesquisador fala do "caboclo", às vezes por uma espécie de carinho condescendente ou, ao contrário, em tom depreciativo; ou quando o agricultor qualifica o pesquisador, em tom de distanciamento, como "intelectual", "estatal" se for ligado a uma instituição pública, ou

“burocrata”.

As expressões usadas envolvem frequentemente, como é natural, referência ao que é o mundo de uns e de outros, o campo e a cidade. Em que pese todo o discurso sobre urbanização da Amazônia e o apagamento da separação entre rural e urbano, o agricultor migrante da fronteira é um homem do campo e o pesquisador um homem da cidade como bem observaram D'INCÃO e ROY (1995) no seu interessante estudo sobre um assentamento rural. Um e outro são moldados por essa diferença que deriva, na sua raiz, de uma diferença de classe. Os interesses comuns que são a base da classe e que não excluem competição, tensões e conflitos internos, modelam universos de convivência e de comportamento muito diversos e contrastantes; desconhecê-lo ou não levar em conta esse fato dificulta ou complica as relações.

Uma característica do universo camponês destacada por sociólogos como MENDRAS (1978) é o “interconhecimento” que resulta da vizinhança e de uma relativa homogeneidade social, típica do mundo camponês; nessa “sociedade de interconhecimento”, não há privacidade: todo mundo se conhece, sabe da vida do outro. Mas esse interconhecimento se restringe à vizinhança, à aldeia e tem como avesso a reserva ou o distanciamento em relação a quem não integra seu universo. Na cidade, ao contrário, predomina a heterogeneidade de ofícios, profissões, classes que favorecem o anonimato e a indiferença. O pesquisador, quando penetra no campo sem ser conhecido, rompe essa homogeneidade; pode ter o sentimento de ser acolhido e ser integrado à esfera de interconhecimento e de não-privacidade, mas é visto como “estranho” e desperta desconfiança. Observa, pergunta, anota, quer saber de tudo dos outros sem entregar nem sua intimidade nem o futuro misterioso de suas observações e inquições. Sua ânsia de conhecer é associada ao poder de seu saber, concebido não apenas como poder sobre as coisas que ele estuda como também, possivelmente, sobre as próprias pessoas ou o grupo conhecido, isto é posto a descoberta. A dúvida do camponês aumenta ao ver desfilar no mesmo local, ou até na mesma família, uma sequência de pesquisadores. A restituição ou devolução, recomendada na pesquisa-desenvolvimento ou pesquisa-ação, é uma resposta à essa dúvida; ela tem a finalidade prática e técnica de compartilhar e confrontar o saber; ela corresponde a uma exigência ética, mas ela se apresenta também como um requisito cultural que extrapola amplamente o momento preciso e o conteúdo restrito da devolução; é um princípio de integração do qual os antropólogos fazem um

condicionamento fundamental de seu trabalho. Aliás, mais do que o conhecimento dos conteúdos científicos e das descobertas do pesquisador, interessa possivelmente ao camponês entender o sentido dessas investigações e de suas possíveis manipulações.

2.2. Camponeses e pesquisadores: uma alteridade de subordinação?

O campesinato, afirmam seus estudiosos, é uma categoria social que, historicamente e até hoje, conseguiu persistentemente se reproduzir transversalmente às mais diversas formações sociais; sem nunca, ressaltam, se tornar uma categoria dominante, mesmo quando representava a enorme maioria de uma formação social, como na Idade Média européia. (TEPICHT 1973). Sempre o campesinato foi uma categoria "subalterna", isto é dominada e geralmente explorada (SHANIN 1976, TEPICHT 1969, VELHO 1974), embora de forma diferenciada e segundo os contextos históricos. TEPICHT diz: Uma classe "ameaçada", portanto uma categoria facilmente desconfiada e em posição de defesa. O camponês sabe e relembra com frequência que alimenta com seu trabalho toda a sociedade (embora não seja mais verdade absoluta hoje) mas continua pobre, enquanto os que ele alimenta são ricos; sabe - e relembra com frequência - que o "excedente" ou até o necessário de seu trabalho é apropriado pelo comerciante, que se torna rico, e pelo Estado que não o lhe retribui de outra forma mas o redistribui para outras categorias, entre as quais a classe média à qual pertence o pesquisador.

O pesquisador, como membro da classe média, tem um standing econômico melhor, compartilha da cultura dominante e, em particular, do conhecimento científico acumulado, ao qual o camponês não tem acesso; tem o prestígio das letras e o poder da ciência. Nessas condições, a diferença pode virar contraste, se não oposição; "você é intelectual, eu não estudei mas..."; "você tem dinheiro, eu sou pobre mas..."; "você é burocrata, eu sou trabalhador mas...". O agricultor se defende portanto, afirmando-se igual na sua diferença: igual em valor e dignidade, embora subordinado. Quando se sente humilhado, reage violentamente como forma de afirmação dessa dignidade.

Para o pesquisador puramente acadêmico, essa sensibilidade de classe do agricultor não incomoda, já que ele se mantém distante. Ela só tem sentido para os pesquisadores que buscam diálogo, parceria ou aliança porque buscam comunicação. As vezes, essa sensação do

camponês gera má consciência no pesquisador que, então, reage enfatizando sua solidariedade: às vezes, ela gera conflitos mais ou menos velados. Se o pesquisador tem o poder da ciência, o agricultor pode, como forma de se contrapor, afirmar o poder dele na hora das decisões democráticas das quais participa. O poder do pesquisador, tendo seu alicerce na sua ciência e no status social que está lhe proporcionando, tanto mais o pesquisador (entende-se a equipe de pesquisa) é discreto na afirmação de sua ciência e tanto mais tranquila é a relação; ao contrário, tanto mais se afirma o saber, tanto mais se dificulta a relação.

Nesse processo de afirmação, o agricultor constrói precisamente sua identidade de classe, sua identidade camponesa, reforçando assim seu senso de solidariedade interna. Conforme HOBBSAWM (1976) referindo-se mais uma vez a SHANIN (1972), "A solidariedade de todos os camponeses contra terceiros pode preponderar sobre os conflitos internos entre eles". Pode ser o germe da "classe-para-si", isto é da consciência de classe, uma forma de afirmação de sua identidade. Isto, entretanto, nem sempre acontece. A subalternidade de classe, a nível econômico, cultural e social é tão aguda, que se torna insustentável; ela pode então corroer as solidariedades e estimular a diferenciação social, a promoção individual, ou simplesmente o distanciamento dos mais dinâmicos em relação à "massa" - às vezes aliás severamente censurado pelo pesquisador social.

É exatamente neste ponto que se situa o desafio mútuo, o desafio de uma alteridade reconhecida, não agressiva, embora portadora, na sua raiz, de conflituosidade, o desafio da construção de sua respectiva identidade.

3. CAMPESINATO E ACADEMIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: ALTERIDADES DIFERENCIADAS

Os estudiosos sociais do campesinato, ao se referirem a uma classe que historicamente se reproduziu nas mais diversas formações sociais, admitem explícita ou implicitamente a existência de características comuns em todas as "sociedades" camponesas; são características derivadas das suas condições objetivas de produção e de reprodução social, entre as quais os antropólogos costumam destacar o parentesco e a convivência aldeã. Mas essas características universais são suficientes para entender a possibilidade e as condições de uma relação fecunda

entre agricultores e pesquisadores em situações específicas e, em particular, entre agricultores organizados e equipes de pesquisadores. Além pois, de estarem uns e outros inseridos na sua classe, o estão também num determinado contexto social histórico localizado. O mesmo Marx que rebaixou os camponeses franceses se deixou sensibilizar pelos camponeses russos descritos por Vera Zaslitch, inseridos num contexto social diferente.

A fronteira representa um desses contextos históricos portadores de especificidades estudadas nos Estados Unidos, por exemplo, por Turner e no Brasil por uma variedade de autores, sociólogos, antropólogos e políticos. A fronteira amazônica pois estimulou toda uma literatura internacional. O que, talvez, não foi bastante estudado são as especificidades internas dessa extensa fronteira. Marabá e Altamira, para tomar simplesmente dois pontos referenciais, representam sem dúvida duas modalidades da fronteira amazônica (Rondônia, seria outra). Adotando o pressuposto de que essas modalidades teriam sido capazes de moldar os respectivos fluxos e grupos de migrantes, poder-se-ia falar em campesinatos distintos, construídos cada um através de uma história e de uma convivência comuns num contexto físico e institucional específico. E se as equipes de pesquisadores e técnicos tivessem também uma história algo diferente, disso não resultariam modalidades ou estilos originais de viver a alteridade?

3.1. Campesinato e Academia, - uma relação no Sudeste Paraense

Na Região de Marabá, a emergência de um campesinato organizado se deu ao longo de uma luta dura e sangrenta contra o latifúndio - grandes fazendeiros e grileiros - e contra o Estado (órgãos oficiais de colonização, de "segurança pública" e de "justiça") (HÉBETTE 1991). A grande mobilidade dos migrantes em busca de terra não tolheu a sedimentação de um campesinato em processo dinâmico e aparentemente contraditório de revezamento individual por um lado e de consolidação de algumas "comunidades" por outro lado. Passado o pique das sucessivas lutas, as militâncias passaram por uma decantação; muitas se foram, outras esmoreceram, algumas "traíram a causa"; outras se firmaram, mantendo acesa a chama da luta e engatinhando rumo a uma consciência de classe, a um esboço de "classe para si" reivindicativa e comprometida. Na luta teceram sólidos laços de solidariedade e companheirismo com religiosos, militantes políticos, militantes das organizações de apoio. Encontraram

no movimento sindical, no final dos anos 70, seu lugar próprio de afirmação e de luta, um espaço onde desenvolver, com muito esforço e muita dificuldade, uma autonomia camponesa frente às diversas expressões do poder, inclusive a diversos aliados das lutas pela terra. Firmaram-se no movimento sindical algumas personalidades reconhecidas na classe pelos serviços prestados na luta pela terra e prestigiadas por sua arbitragem nos conflitos.

Na Região de Marabá, a forma de ocupação da terra em confronto com o latifúndio, a pobreza generalizada dos migrantes, a ausência de apoio do Estado não propiciaram uma diferenciação social pronunciada e a emergência de uma camada economicamente preponderante. As próprias lideranças não se destacam no plano econômico em relação ao conjunto do campesinato; suas idéias, suas aspirações, seus projetos se mantiveram ao mesmo diapasão da "massa". Não eram bem portadores de um projeto sindical articulado e preciso, mas refletiam uma vontade coletiva (a permanência na terra e uma forma de produção que a garantisse).

É nesse contexto e engatados naquela vontade manifestada pelos líderes que um grupo de pesquisadores e técnicos, alguns dos quais aliados das lutas, optaram em 1988 por trabalhar naquela Região em associação com os sindicatos de Trabalhadores Rurais. Juntamente formaram o Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento denominado Centro Agro-Ambiental do Tocantins-CAT. (HÉBETTE 1991). Não há dúvida de que a organização sindical e a liderança de alguns lavradores ofereciam para a equipe de pesquisa condições excepcionais de inserção no tecido camponês, uma garantia de capilaridade e fecundidade, como foi confirmado em seguida: De quarenta em 1989, por exemplo, o número de Delegacias Sindicais passou para uma centena em 1995.

Poucas situações, aparentemente, poderiam se prestar a uma mais verdadeira "parceria". Esta foi instituída na própria constituição do Programa e nos Estatutos da Fundação criada para articular a cooperação dos diversos sindicatos na busca de seus objetivos. O desafio era traduzir nos fatos essa parceria, fazendo conviver a comunidade de interesses definidos na parceria com a heterogeneidade de interesses inerentes à inegável diversidade de classe. Essa heterogeneidade aflorou notadamente, no plano cultural, no descompasso entre a vaguidade relativa do projeto camponês e a rígida consistência do projeto dos "intelectuais".

O desafio, nessas circunstâncias, é exatamente como tratar, sem agitar diferenças de classe e ferir autonomias afirmadas, uma diversidade de percepção e de administração de objetivos a perseguir. Técnicas metodológicas e procedimentos formais não são, obviamente, suficientes para resolver tal desafio; há, no fundo, uma relação de poder inerente à própria estrutura do Programa, a ser identificada e tratada como um problema político; é nessa condição que pode ser exitosa uma parceria.

Uma parceria, aliás, a ser constantemente reconduzida. Com o tempo, pois, a comunidade de interesses verificada nos tempos da luta pela terra se dissipou, inclusive porque o movimento se ampliou muito e o número de participantes assim como seu grau de participação evoluíram; surgiram novas lideranças. Inevitavelmente, o movimento sindical foi se afirmando, procurando novo espaço no Programa.

3.2. Campesinato e Academia : uma relação na Transamazônica

A ocupação da terra no trecho central da Rodovia Transamazônica obedeceu procedimentos diferentes da ocupação da região de Marabá. Ela resultou de um plano de colonização oficial dirigido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, que se encarregou de distribuir a terra e o fez, a princípio, numa perspectiva de diferenciação social. Emergiu desse processo um campesinato com características próprias.

A terra não foi conquistada como na colonização dita "espontânea"; ela foi distribuída. Agindo com todos os poderes do Estado, o INCRA, integrando a atuação de inúmeros órgãos satélites (EMBATER-PA, SAGRI, CEPLAC, EMBRAPA, Bancos oficiais) ocupou todos os espaços, adormecendo os colonos com seu paternalismo autoritário. Os sistemas de produção desenvolvidos pelos colonos foram fortemente influenciados pela política do INCRA e não resultaram de iniciativas coletivas dos agricultores: as culturas que marcaram o apogeu da colonização - a pimenta-do-reino e posteriormente o cacau - eram alheias às experiências dos colonos. O sucesso da cacauicultura, introduzida pela CEPLAC, encheu de satisfação e de euforia os que se beneficiaram das vantagens de solos férteis, de crédito fácil, da assistência técnica gratuita e de facilidades de transporte enquanto elas perduraram. Os beneficiários dessa política constituíram, dentro do campesinato em formação, um reduzido estrato, economicamente privilegiado, de proprietários empregando meeiros e assalariados, produzindo para o

exterior e assim muito dependentes do mercado. Seus valores, trazidos dos lugares de origem, cultivados na Transamazônica pelas pastorais das Igrejas, trabalhados pelo movimento sindical ali levado de Santarém mantinham entretanto esses colonos bem sucedidos próximos dos menos favorecidos. Nas suas mãos, o movimento sindical se firmou mais como movimento político do que como associação profissional de produtores.

Quando porém se aproximou a crise, no final dos anos 70, em decorrência das perturbações dos mercados exteriores e da retirada dos órgãos oficiais, com a conseqüente perda das vantagens outorgadas, ela atingiu de cheio não somente a pequena como a média agricultura, a indústria canavieira, o comércio, o sistema financeiro local e o setor de transporte. Foi quando elementos dinâmicos e economicamente menos frágeis passaram a organizar associações de produtores e cooperativas das quais pouco participaram os colonos marginalizados nos bons tempos, aos quais vinham constantemente se juntar novos "sem terra" em busca de lotes.

A crise generalizada do final dos anos 80 tornou-se um novo fator de proximidade entre colonos bem ou mal sucedidos e motivo de alianças com outros setores da sociedade atingidos pelo refluxo econômico. Em 1989, um grupo de colonos, militantes aguerridos, criaram o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica cujos objetivos iam bem além das questões técnicas da produção, visando mudanças na organização do poder local e participação nos mecanismos da elaboração e execução de políticas regionais. Em 1991, conseguiram organizar uma grande mobilização pluralista, que se repetiu e se ampliou ano após ano, na forma de grandes manifestações camponesas conhecidas como Gritos (Grito da Amazônia, Grito da Terra). Mesmo sem ter satisfatoriamente integrado a pequena agricultura tradicional, o Movimento tornou-se liderança e porta-voz incontestes dos colonos da Transamazônica.

Quando uma equipe nova de pesquisadores e técnicos interessou-se pela agricultura familiar na Transamazônica, à diferença de Marabá, ela não tinha ainda criado raiz naquele campesinato, não tinha participado de lutas. Encontrou como interlocutor legitimado dos agricultores o Movimento Pela Sobrevivência, um movimento com objetivos políticos, treinado no exercício das alianças. (CASTELLANET et al 1994) De início, o Movimento manifestou suas reticências e recusou o termo de "parceria"; defendia uma autonomia ou até uma hegemonia supostamente ameaçadas. O diálogo teve que se construir, passo a passo, a colaboração surgir e a confiança se estabelecer. Para preservar margens

de liberdade, chegou-se a falar em “parceria privilegiada”, não exclusiva de outras alianças independentes. Não se fechou nenhum compromisso global entre o Movimento e a equipe de pesquisa; estabeleceu-se o Programa Agro-Ecológico da Transamazônica-PAET cujo conteúdo seria definido através de programações anuais e em torno de ações específicas.

A flexibilidade de um Programa de “parceria privilegiada”, sujeita a negociações renovadas e mutáveis e não exclusiva de alianças paralelas corresponde às características de um campesinato não homogêneo, pouco organizado e estruturado em que pese uma certa hegemonia do Movimento. Ela reflete um estágio mais avançado de consciência dos interesses de classe, pelos menos por parte dos dirigentes. A orientação política, o alcance dos objetivos de mudanças na organização do poder, a prática de alianças próprias do Movimento imprime ao Programa e à equipe de pesquisa uma linha de ação específica.

4. A CONSTRUÇÃO DE UMA PARCERIA. UM DESAFIO

4.1. O Reconhecimento das Alteridades e o Estabelecimento do Diálogo

Quando as equipes de pesquisadores e as organizações de agricultores se aproximaram, tanto em Altamira quanto em Marabá, não se tratava de se associarem para empreender algumas atividades pontuais, como seria uma pesquisa específica, um projeto de mecanização agrícola, a montagem de uma cooperativa. Tratava-se de obrar conjuntamente num processo de desenvolvimento da agricultura camponesa, de promoção do campesinato de uma fronteira em via de consolidação. Ou seja tratava-se de por em andamento o que tinha sido, no papel pelo menos, o objetivo do projeto de Colonização Agrícola e Reforma Agrária pretendido pelos governos em articulação com as populações de migrantes. Chegou-se a estabelecer para o CAT um prazo mínimo de vinte e cinco anos - uma geração - para a realização de seus objetivos.

É exatamente nessa perspectiva de longo prazo e de objetivos amplos que as experiências do CAT e do PAET podem servir de laboratório experimental e, quem sabe, ter algum poder de demonstração para os segmentos da sociedade e do Estado interpelados pelas populações rurais.

Uma primeira convicção que resulta das experiências é que o processo de desenvolvimento conjunto pretendido passa primeiro pelo conhecimento e reconhecimento mútuo dos atores. Não apenas por um conhecimento e reconhecimento pessoal, mas, também, pelo conhecimento e reconhecimento de seu pertencer coletivo, isto é de seu pertencer de classe. De classe diferente pela diferença de seus interesses e projetos globais, mesmo quando colaboram em torno de projetos específicos comuns.

Reconhecer os agricultores no seu pertencer de classe significa para o pesquisador objetivar constantemente nas suas relações com os indivíduos ou com grupos restritos as repercussões sobre o conjunto da classe. Significa também buscar o envolvimento máximo da categoria em todas as atividades de pesquisa e de desenvolvimento, a repercussão das ações particulares sobre o conjunto de categoria.

Reconhecer os pesquisadores no seu pertencer de categoria significa para os agricultores entender, mesmo que parcialmente, o que é fazer pesquisa, fazer pesquisa-desenvolvimento; entender que pesquisa é também pelo menos para certos pesquisadores, um projeto de vida que não se reduz a projetos específicos. Significa ainda reconhecer que a pesquisa tem suas normas, exige certa autonomia, implica condicionamentos institucionais.

A experiência nos tem ensinado que esse conhecimento e reconhecimento mútuos, que a aceitação mútua na sua alteridade de interesses, de status social, de cultura requerem tempo e convivência. “Nossas relações se desenvolvem na base de um saber recíproco, e esse saber se desenvolve na base de uma relação real, ambas indissolúvelmente ligadas.” (SIMMEL 1993). A “realidade” dessa relação, sua autenticidade é função, por sua vez, do respeito da autonomia mútua.

Numa sociedade como a brasileira, profundamente marcada pelas desigualdades e pelos antagonismos sociais, esse processo de reconhecimento mútuo é complexo. A subordinação histórica dos trabalhadores rurais às oligarquias tem gerado na maioria deles o sentimento de “cativo” do qual o acesso à terra na fronteira os tornou “libertos”, mas também tem estimulado uma atitude de suspeição e de defesa que a diferença de classe explica, embora nem sempre justifique. A “boa vontade”, a aproximação da pesquisa com eles, ao mesmo tempo que os surpreende agradavelmente, não os isenta de um certo estranhamento, da suspeita de algum interesse encoberto que aflora frequentemente, desconcertando pesquisadores e técnicos. Esse

componente defensivo da categoria camponesa se traduz às vezes na afirmação da distância e da autonomia e na recusa da complacência: “Não estamos devendo nada à Universidade; ela apenas fez o que era obrigação dela”, costuma pontificar um líder sindical de Marabá.

O ponto nevrálgico da relação de classe entre trabalhadores pouco escolarizados e pesquisadores reside no campo do domínio do saber. FOUCAULT (1986) tipificou perfeitamente esse problema: “O que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber”. A consciência desse problema está na raiz do preceito metodológico do processo de descoberta conjunta na pesquisa-desenvolvimento e na pesquisa-ação. A superação da relação de poder passa entretanto, conforme nossa experiência, por um exercício difícil - talvez o mais difícil de todos - de reconhecimento mútuo de seu respeito saber limitado e na prática de um diálogo que substitui a relação doutor-discípulo. Passa necessariamente, na prática do pesquisador, pelo desmonte de suas certezas e pela relativização de seus esquemas de Escola.

4.2. A Contextualização da Relação e as Bases da Parceria

Do reconhecimento da alteridade fundamental de classe deriva o reconhecimento, primeiro das estruturas próprias dos grupos sociais ou “instituições” (no sentido sociológico) em presença: o campesinato e a pesquisa, e, em segundo lugar, da feição assumida por essas “instituições” num contexto específico.

Como classe, o campesinato tem sua estrutura e suas instituições. Um princípio fundamental da aproximação entre pesquisadores e trabalhadores da terra em Marabá e Altamira foi de construir uma relação institucional entre representações legítimas de ambas as categorias, base de um trabalho que não se limitasse a individualidades mas comprometesse a sociedade. Em Marabá, os fundadores de uma possível parceria foram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais por um lado, a Universidade Federal do Pará por outro. Em Altamira, foram, por um lado, o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica, percebido como “federador” de entidades camponesas entre as quais se destacavam Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e por outro lado, a Universidade Federal do Pará e o Centro de Pesquisa Agroflorestal do Trópico Úmido-

Como o poder do saber foi e continua se constituindo num desafio para um verdadeiro diálogo, o reconhecimento das estruturas institucionais se constitui num outro desafio para uma verdadeira parceria. A adoção das organizações de classe como interlocutores e possíveis parceiros da pesquisa por parte das equipes de pesquisa provocou muita estranheza e estimulou contestações em alguns círculos científicos e, de maneira geral, nos órgãos executivos dos governos; foi suspeitada de viés ideológico e de comprometimento político. Ela foi, ao contrário, unânime entre os promotores dos projetos. A assunção prática da relação assim instituída apresentou entretanto para a pesquisa, no decorrer do processo, algumas dificuldades resultantes das restrições que uma parceria limitada a uma só organização importa; por isso, falou-se em Altamira, de "parceria privilegiada", não exclusiva com o Movimento. Por parte das organizações de trabalhadores rurais, a aproximação com a pesquisa envolveu e ainda envolve atitudes complexas: ao mesmo tempo, uma desconfiança, principalmente em relação às instituições do Estado, mesclada de expectativas desmedidas seguidas de frustrações. Há uma distância persistente entre o que elas esperam da pesquisa e que a pesquisa pensa poder oferecer.

Na medida em que se aceita a alteridade e se pratica o diálogo, a tensão entre as respectivas expectativas, as respectivas contribuições e as decepções mútuas se resolve ou se administra. Na experiência de ambos os projetos, não se tem verificado até hoje conflitos relevantes na administração desse tipo de tensão de natureza estrutural; a maneira porém como esta vai sendo administrada é que permite ou inibe a otimização dos resultados.

Um campo delicado da gestão da alteridade e das tensões congênicas de um compromisso mútuo se situa na abrangência desse compromisso e na competência autorgada aos parceiros. O problema tem também raízes estruturais ligadas à relação Estado-Sociedade e à maneira como as lideranças, notadamente, a concebem. Os agricultores (e os produtores rurais em geral) estimam que não estão devendo nada ao Estado, uma vez que este já se antecipa, extorquindo na fonte a contribuição que a agricultura deve à Nação, não lhe retribuindo nada ou quase nada em troca; as lideranças se julgam no direito de cobrar esse retorno; como cidadãos, se reconhecem também no direito de avaliar, censurar e até reformar o Estado e suas instituições. Não reconhecem entretanto, e com razão, ao Estado e a suas instituições o direito recíproco

de interferência na sua organização. Isso “respinga” sobre a pesquisa, sustentada, pensam eles, pelo fruto de seu trabalho de produtores de alimentos e já paga com antecipação.

4.3. Os Limites da Parceria

Essa fronteira de natureza política que os agricultores põem à abrangência da intervenção dos pesquisadores pode incomodar estes, pois se choca às vezes com a racionalidade de seus modelos e com a concepção sócio-política particular que eles têm do desenvolvimento. Como se a fronteira traçada o fosse em nome da racionalidade e não, simplesmente, em nome da autonomia política reivindicada pela categoria. Mesmo conscientes das imperfeições ou vícios de sua organização, as mais lúcidas das lideranças, reservam para si o direito de transformá-la; este direito não é objeto e não faz parte da parceria. Pode ser objeto de um acordo complementar em circunstâncias muito particulares e num contexto de muita confiança; num contexto, poder-se-ia dizer, de convivência, fora do qual toda incursão poderia solapar as bases da parceria. Essa convivência entretanto extrapolaria a isenção do pesquisador.

A suscetibilidade das lideranças camponesas em relação à sua organização tem aliás um fundamento de natureza cultural. Os caminhos políticos de uma classe, como de uma Nação, têm muito mais a ver com a história do que com a lógica; eles portanto são muito mais inteligíveis pelos que participaram da história do que pelos que raciocinam a partir da lógica e dos modelos, motivo pelo qual os modelos de organização impostos de fora têm geralmente vida curta. Por sua classe, como, muitas vezes, por sua origem, o pesquisador não participou da história dos trabalhadores; muito menos foi conivente com essa história. Apenas aos que o foram, como demonstra a experiência dos projetos, é dispensada a descrição e concedido o direito à censura; com eles pode se estabelecer um pacto; a parceria torna-se então aliança. Pode ser porém em detrimento da pesquisa.

Ao pesquisador, de qualquer maneira, não pode faltar, mesmo sem querer extrapolar a sua competência de parceria, uma compreensão mínima da história. São basicamente os processos políticos diferentes e a sua compreensão por parte dos promotores que condicionaram a diferença na montagem dos projetos em Marabá e Altamira. A compreensão dos momentos políticos por que passa a classe camponesa na estrutura social de sua região continua fundamental para orientar o desenvolvimento e

por consequente a pesquisa-desenvolvimento que se pretende global. Trata-se de inteligência política, não de envolvimento propriamente político ao qual ambos os projetos sempre se recusaram. Talvez nisso resida a sua maior originalidade que os distancia tanto de parcerias francamente políticas ou até partidárias quanto das parcerias que se pretendem ideologicamente neutras.

5. CONCLUSÃO

Nesse ensaio, tentou-se analisar não tanto as relações pesquisadores-agricultores, mas sim abordar na sua essencialidade a relação pesquisadores-agricultores. Partiu-se, para tanto, de uma convivência globalizante com duas iniciativas de pesquisa-desenvolvimento, não se atendo ao exame de ações particulares mas à globalidade e à marcha dessa relação. Por isso também os atores não foram contemplados na sua individualidade mas em referência à categoria sócio-profissional à qual pertencem. Sem penetrar muito na diversidade dos contextos sócio-políticos de Marabá e Altamira, foi sugerida a importância da contextualização dos projetos em parceria e portanto a importância da compreensão dos processos e, em decorrência, a necessidade de flexibilidade dos modelos de intervenção.

Diálogo, parceria, aliança são momentos de um compromisso mútuo de desenvolvimento em que pesquisa e ação, pesquisadores e trabalhadores avançam conjunta e articuladamente.

Por sua própria contextualidade, as experiências analisadas são peculiares e portanto não modelares. Podem entretanto, cremos, inspirar alguma reflexão mais geral para as instituições do Estado ou da Sociedade civil que queiram empreender uma parceria que transcenda, sem desconhecer ou desprezá-las, as diferenças de "classe". A inelutável necessidade de transformações sociais no campo recomenda especificamente que sejam compartilhadas tantas outras experiências significativas que se processam na fronteira e no campo amazônico em torno da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVI, H. Las classes campesinas y las lealdades campesinas. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

CASTELLANET, C., ALVES, J., DAVID, B. A participação das organizações de produtores na pesquisa agro-ecológica. In: Seminário Anual do PIPSA, Porto Alegre, 25-28, nov. 1994. mimeo.

D'INCAO, M. DA C., ROY, G. Nós, cidadãos. aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

HÉBETTE, J. (org.) O cerco está se fechando. O impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Rio de Janeiro, Belém. Vozes, FASE, NAEA/UFPA, 1991.

HOBBSBAWM, E. Los campesinos y la política. Barcelona: Anagrama, 1976.

MARX, K. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SHANIN, T. "The peasantry as a political factor". In: SHANIN, T. (ed) Peasants and peasant societies. London: Penguin, 1971.

_____. Natureza y lógica de la economía camponesa. Barcelona: Anagrama, 1976.

TEPICHT, J. "Les complexités de l'économie paysanne". Information sur les sciences sociales, Conseil International des Sciences Sociales, dec. 1969.

_____. Marxisme et agriculture: le paysan polonais. Paris: A. Colin, 1973.

VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: DIFEL, 1974.